

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	164
Contas a receber	4	411
Credito ref. Integralização capital		65
Créditos diversos		48
Total do ativo circulante		688
Não circulante		
Imobilizado líquido	5	19.642
Total do ativo não circulante		19.642
Total do ativo		20.330
Passivo e Patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	6	1.414
Fornecedores		324
Impostos a recolher		33
Outras obrigações		33
Total do passivo circulante		1.804
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	6	4.282
Total do passivo não circulante		4.282
Total do passivo		6.086
Patrimônio líquido		
Capital social	8.1	921
Reserva de retenção de lucros	8.2	1.302
Reserva legal	8.2	68
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.3	11.953
Total do patrimônio líquido		14.244
Total do passivo e patrimônio líquido		20.330

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Receita líquida de vendas	9	3.258
Custo da energia vendida		
Energia comprada para revenda		(577)
Materiais		(19)
Serviços de terceiros		(450)
Encargos de uso da rede elétrica		(144)
Depreciação e amortização		(558)
Outros		(45)
		(1.793)
Lucro bruto		1.465
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	10	(480)
		(480)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		985
Resultado financeiro líquido	11	(735)
Lucro antes das provisões tributárias		250
Imposto de renda	12	(45)
Contribuição social	12	(37)
Lucro líquido do exercício		168
Quantidade de ações		2.219.714
Resultado por ação, em reais		0,0757
		488.254
		1,3169

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do exercício	168	643
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	168	643
Total do resultado abrangente do exercício	168	643

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020		488	(73)	531	28	11.936	-	12.910
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	643	643
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.3	-	-	-	-	90	-	90
Constituição da reserva legal	8.2.1	-	-	-	32	-	(32)	-
Transferência entre reservas	8.4	-	-	611	-	-	(611)	-
Em 31 de dezembro de 2021		488	(73)	1.142	60	12.026	-	13.643
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	168	168
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.3	-	-	-	-	268	-	268
Integralização capital		-	73	-	-	(73)	-	-
Aumento de capital AGE 31.12.2022		433	-	-	-	(369)	-	65
Constituição da reserva legal	8.2.1	-	-	-	6	-	(6)	-
Transferência entre reservas	8.4	-	-	160	-	-	(160)	-
Em 31 de dezembro de 2022		921	-	1.302	66	11.953	-	14.244

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	168	643
Ajustes em:		
Encargos de empréstimos e financiamentos	737	108
Depreciação	558	558
Redução (Aumento) dos ativos		
Contas a receber	(34)	93
Outros créditos	(42)	-
Aumento (Redução) dos passivos		
Fornecedores	152	(29)
Impostos a recolher	(2)	4
Outras obrigações	28	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.565	1.377
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	90
Aumento de capital	433	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros e principal)	(2.000)	(1.413)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.567)	(1.323)
Aumento (Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2)	54
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	166	112
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	164	166
Aumento (Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2)	54

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Secretário Energia S.A., (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, localizada na Rua Peru, nº 75, Sala 31, Sion, e foi constituída em 26 de janeiro de 2015 e seu prazo é indeterminado.

A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Fagundes (Estado do Rio de Janeiro) através de regime de autorização concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Portaria nº 531, datada do dia 23 de novembro de 2015. A respectiva autorização vigorará pelo prazo de 35 anos.

Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

O ano de 2022 foi marcado por fatos relevantes entre os quais se destacam o fim das restrições derivadas da pandemia de COVID19, a guerra Rússia-Ucrânia, e as alterações de logística mundial, inflação e taxas de juros.

Muitas empresas em todo o mundo voltaram aos negócios como sempre, mas a crise testou a resiliência comercial, operacional, financeira e organizacional de empresas em todo o mundo, destacando os riscos e as lacunas de resiliência para muitas organizações, pois os efeitos da pandemia continuam a impactar as cadeias de suprimentos globais, a logística e expectativas de inflação e crescimento.

A invasão da Ucrânia pela Rússia também acentuou os aspectos acima no mundo todo, refletindo, ainda, no setor de energia, com aumentos de custos e riscos significativos em particular nos países europeus.

No Brasil a perspectiva de redução do crescimento econômico, a alta persistente da inflação, o aumento significativo das taxas de juros e as incertezas de um ano de eleição com uma polarização particularmente acentuada, aliados a períodos chuvosos bem acima da média com consequentes preços baixos de energia, formaram um quadro pouco favorável a novos investimentos em geração. No mercado livre a expectativa de preços não é favorável à expansão quando comparados aos custos de implantação (juros inclusos). No mercado regulado a expansão já contratada favorece a implantação, mas não há perspectiva de grandes novos volumes a serem contratados no médio prazo. O único segmento que apresentou atratividade foi o de geração distribuída.

Da mesma forma, preços baixos no spot e previsão de se manterem baixos até o final do ano seguinte, não favorece a comercialização de energia, resultando em baixa volatilidade e baixa liquidez.

Este cenário deve se reverter apenas a partir do final de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 11 de abril de 2023.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes até 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem prazos de depreciação do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação.

2.2. Moeda funcional das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de "Reais", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado, em que estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado; (ii) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do patrimônio líquido; e (iii) ativo e passivo financeiro avaliado ao custo amortizado.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão para atendimento as normas regulatórias.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando forem prováveis que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

2.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

2.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data de vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os custos de financiamentos diretamente relacionados a construção da PCH, durante a fase de construção, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Provisões diversas

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e

os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A provisão para demandas judiciais, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis, e está registrada de acordo com a avaliação de riscos (Perdas prováveis) efetuada pelos consultores jurídicos da Administração da Companhia, inclusive quanto à sua classificação no Passivo não circulante.

2.11. Reconhecimento da receita

Venda de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente ao limite de R\$ 240 por ano, e contribuição social calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O lucro tributável é calculado como uma porcentagem da receita bruta, independentemente da quantidade e natureza dos custos e despesas, pelo método conhecido como “lucro presumido”. Por causa dos mecanismos de tal método, todas as diferenças temporárias são consideradas diferenças permanentes.

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações operacionais da Sociedade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento.
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos.
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

2.14. Normas e interpretações novas e revisadas

I. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (“CPC”), são as seguintes:

- IAS 16/CPC 27 “Ativo Imobilizado”: a alteração proíbe uma Entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. As respectivas receitas e custos relacionados são reconhecidos no resultado do exercício
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Essa norma efetua alterações no IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; tais como: IFRS 9-Instrumentos Financeiros, comenta sobre o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16-Arendamentos, contempla exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil.

II. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2022

Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria da Companhia ainda não determinou se haverá impactos significativos nas suas demonstrações financeiras; a saber:

- Alteração na norma IAS 8– Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

- Alteração na norma IAS 12–Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL): traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial dos impostos de renda diferido relacionados a ativos e passivos resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 1 (CPC 26)- Apresentação das Demonstrações financeiras Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Os parágrafos 69 a 76 desse IAS alterados especificam os requisitos como se proceder, Elas esclarecem:
 - a) o que significa um direito de postergar a liquidação;
 - b) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - c) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
 - d) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As citadas modificações são válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que essas alterações terão na sua prática atual.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	2	2
Bancos	17	46
Aplicações financeiras	145	118
	164	166

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

4. Contas a receber

	2022	2021
Clientes a receber	382	363
Vendas de energia a faturar	4	4
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	25	10
	411	377

5. Imobilizado líquido

	2017	2016	2015	2014	
Em serviço					
Terrenos	415	-	415	415	- o -
Reservatório, barragens e adutoras	8.983	(593)	8.390	8.627	2 a 3,13%
Edificações	5.964	(346)	5.618	5.756	2 a 3,33%
Máquinas e equipamentos	5.150	(409)	4.741	4.905	2,5 a 3,57%
Sistema de transmissão de conexão	525	(47)	478	497	- o -
	21.037	(1.395)	19.642	20.200	

5.1. Movimentação do imobilizado:

	2017	2016	2015
Em serviço			
Terrenos	415	-	415
Reservatório, barragens e adutoras	8.627	(237)	8.390
Edificações	5.756	(138)	5.618
Máquinas e equipamentos	4.905	(164)	4.741
Sistema de transmissão de conexão	497	(19)	478
	20.200	(558)	19.642

	2017	2016	2015
Em serviço			
Terrenos	415	-	415
Reservatório, barragens e adutoras	8.864	(237)	8.627
Edificações	5.894	(138)	5.756
Máquinas e equipamentos	5.069	(164)	4.905
Sistema de transmissão de conexão	516	(19)	497
	20.758	(558)	20.200

A Administração da Companhia não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

6. Empréstimos e financiamentos

Em 2017, a Companhia firmou contratos de financiamentos mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual efetuou a liberação conforme tabela abaixo:

Características	Empréstimo	2017	2016
Finame	6% a.a.	5.696	6.959
	Circulante	1.414	1.392
	Não circulante	4.282	5.567

A parcela do não circulante em 31 de dezembro de 2022 tem os seguintes vencimentos por ano:

Ano	Valor
2024	1.285
2025	1.285
2026	1.284
2027	428
	4.282

Para este contrato a Companhia possui cláusulas restritivas (“Covenants”) normalmente aplicáveis a estes tipos de operações. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

7. Provisão para demandas judiciais

A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Atualmente a entidade não possui qualquer demanda judicial seja de qualquer natureza.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia deliberou: a) Conversão de 73.238 ações preferenciais em 73.238 ações ordinárias; e b) Aumento de capital com emissão de 1.731.460 ações ordinárias, ao preço de R\$ 0,25 cada, totalizando R\$ 432.865,00, realizados pelos seus acionistas na proporção de suas participações.

Desta forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 ficou em R\$ 921.119,00, dividido em 2.219.714 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Participação	Total (R\$ 000,00)	Porcentagem
América Geração S.A.	1.886.757	85
Fagundes Energia e Participações S.A.	332.957	15
	2.219.714	100

8.2. Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal	68	60
Reserva de retenção de lucros	1.302	1.142
	1.370	1.202

8.2.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

8.2.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

8.3. Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se a aportes realizados com intenção de equilíbrio de fluxo de caixa, que foram utilizados para os gastos em andamento da construção da usina.

Em 2022 foram aportados como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 368 mil e, do saldo remanescente foram capitalizados R\$ 441 (integralização de capital).

A Administração deve formalizar o aumento de capital para o exercício de 2023.

8.4. Destinação do lucro líquido do exercício

a) Destinação do lucro líquido do exercício

Lucro do exercício	168	643
Reserva legal	(8)	(32)
Reserva de retenção de lucros	(160)	(611)
	-	-

Composição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a destinação de 5% para reserva legal, e o saldo remanescente será todo distribuído aos acionistas, a título de dividendos, a menos que a Assembleia Geral, face ao planejamento aprovado para períodos futuros, determine que parte ou o total do saldo seja mantido, contabilmente, em conta de reserva de retenção de lucros.

Os dividendos não serão obrigatoriamente distribuídos no exercício social em que os órgãos da administração informarem a Assembleia Geral Ordinária que tal distribuição seja incompatível com a situação financeira da Companhia.

9. Receita líquida de vendas

	2022	2021
Receita bruta de vendas	3.392	3.079
(-) Impostos sobre vendas	(134)	(128)
Receita líquida	3.258	2.951

10. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Associações de classe	425	6
Outros	55	13
	480	19

11. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas		
Rendimento com aplicações financeiras	2	1
	2	1
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(736)	(754)
Tarifas bancárias	(1)	(4)
Outros	-	(56)
	(737)	(814)
Resultado financeiro líquido	(735)	(813)

12. Imposto de renda e contribuição social corrente

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Receita bruta	3.410		3.276	
Lucro presumido	273	409 ^F	262	393
Receitas financeiras	2		1	
Base de cálculo	275	411	263	394
Imposto de renda - 15%	(41)	-	(39)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(4)	-	(3)	-
Contribuição social - 9%	-	(37)	-	(35)
IRPJ / CSLL	(45)	(37)	(42)	(35)

13. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha qualquer operação envolvendo derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, quando aplicável, aproximando-se dos respectivos valores de mercado.

14. Eventos subsequentes

Conforme Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas na sede da Companhia, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2023, foram deliberados os aumentos de capital social da Companhia, em R\$ 8.541.253,00 e R\$ 3.411.853,80, respectivamente, mediante a capitalização do saldo em 31.12.2022 de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC").



Andrew Frank Storfer
Diretor
CPF: 010.515.298-67



Dediel Ueda
Contador
CRC- 1SP-272632/O-0